

**ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FAMURS  
COLEGIADO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –  
COEGEMAS/RS**

**ATA nº 08/2018**

01 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro, do ano de dois mil e dezoito, às 9h, o  
02 COEGEMAS/RS, sob a coordenação da Presidente, Sra. Lenara Balin, reuniu-se  
03 ordinariamente, na sala de reuniões da diretoria - 4º andar, sede da FAMURS (Rua  
04 Marcílio Dias, 574 - Bairro Menino Deus), em Porto Alegre /RS, com a seguinte  
05 pauta **1- Aprovação da ata nº 06, de 26 de julho de 2018, e da ata nº 07, de 06 de**  
06 **setembro de 2018. 2- Escuta Protegida – Relato da reunião com o MP/RS,**  
07 **FAMURS, COEGEMAS/RS, DAS/SDSTJDH e CIB/RS, no dia 09/10, e**  
08 **encaminhamentos. 3- Relato da 167ª reunião da CIT. 4- Pauta da CIB/RS:**  
09 **Orçamento FEAS 2019 e rubrica dos Benefícios Eventuais. 5- Recomposição da**  
10 **Diretoria do COEGEMAS/RS. 6- Assuntos Gerais: Relato do Seminário Seguridade**  
11 **Social, do dia 18/10, e Proposta da última reunião do COEGEMAS/RS, em 2018,**  
12 **ocorrer em 29/11.** Estiveram presentes, conforme lista de presenças anexa, os(as)  
13 representantes das seguintes associações regionais: AMAU, AMCENTRO,  
14 AMLINORTE, AMSERRA, AMVARP, ACOSTADOCE, AMZOP, ASSUDOESTE,  
15 AZONASUL, AMPLA e AMPARA, bem como a assessora técnica da FAMURS.  
16 Participaram também representantes dos municípios de: Alvorada, Arroio do  
17 Tigre, Bagé, Cambará do Sul, Capão da Canoa, Cruz Alta, Gramado, Lavras do Sul,  
18 Santo Antônio do Palma, São Lourenço do Sul, Sobradinho e Taquara. Justificaram,  
19 por e-mail, as ausências: Ângela Machado/AMVRS, Karina Weiss/AMESNE, Márcio  
20 José de Jesus/AMUCSER, Natália Steinbrenner/AMAJA e Sandro  
21 TIMM/AMCSERRA. A Presidente do COEGEMAS/RS, Lenara Balin, iniciou a reunião  
22 dando as boas-vindas aos presentes. Iniciando a pauta da reunião conforme  
23 segue: **1- Aprovação da ata nº 06, de 26 de julho de 2018, e da ata nº 07, de 06**  
24 **de setembro de 2018.** As atas foram aprovadas sem ressalva. A Assessora da  
25 Famurs Lia ressaltou a importância das reuniões mensais nas regionais, caso não  
26 ocorram deverá haver mudança dos representantes, devendo seguir o regimento  
27 interno do colegiado. **2- Escuta Protegida – Relato da reunião com o MP/RS,**  
28 **FAMURS, COEGEMAS/RS, DAS/SDSTJDH e CIB/RS, no dia 09/10, e**  
29 **encaminhamentos.** A presidente Lenara falou sobre a reunião realizada dia 09 de  
30 outubro sobre a Lei nº 13.431/2017, que exige ações dos municípios de  
31 organização do atendimento. Está sendo solicitado aos municípios medidas de  
32 organização da rede referentes a Lei nº 13.431/2017. Os questionamentos dos  
33 municípios se referem a quais atos normativos que deverão ser expedidos e qual o  
34 papel de cada instância, pois a lei ainda não teve decreto regulamentador, e todos  
35 municípios deveriam se adequar até outubro deste ano. Lenara referiu que vê  
36 dificuldades em relação ao diálogo entre o Ministério Público e o Judiciário, e que  
37 a escuta especializada, que deve ser realizada pelos, pode acontecer em qualquer  
38 serviço da rede. Posteriormente, o Judiciário deverá realizar as oitivas e  
39 depoimento especializado. A preocupação é quem vai orientar e capacitar as

40 equipes. Lia diz que a sugestão do MP, para os municípios de pequeno porte, é a  
41 articulação das regionais através de consórcios. A lei ainda não teve decreto  
42 regulamentador, mas está sendo elaborado, sendo que o MP/RS teve acesso ao  
43 conteúdo podendo fazer sugestões. O CONANDA também está dialogando sobre o  
44 assunto. É importante ressaltar que a escuta especializada não tem a finalidade de  
45 produção de provas. Ficou decidido pelas entidades presentes na reunião (MP/RS,  
46 DAS/SDSTJDH, CIB/RS, COEGEMAS/RS e FAMURS) a criação de um Grupo de  
47 Trabalho para aprofundar as discussões referentes a Lei nº 13.431/2017 e pensar a  
48 realização de seminário conjunto para os municípios. Lenara ressaltou que na  
49 escuta deve constar somente o que a criança falou, sem interferência ou outros  
50 questionamentos. A escuta poderá acontecer com professor, estagiário,  
51 merendeira da escola, assistente social, psicólogo, familiar, conselheiro tutelar,  
52 enfim com quem a criança escolher para revelar. Nesse momento, não deve haver  
53 maiores questionamentos, mas somente um relato do que a criança falou e  
54 encaminhar para delegacia ou fórum onde será realizada a oitiva e depoimento  
55 especial. Os municípios relataram alguns procedimentos adotados com relação a  
56 lei. O município de Sobradinho referiu que a juíza e promotora solicitaram o  
57 encaminhamento direto para delegacia de polícia. O município de Cruz Alta referiu  
58 que foi criada uma sala na delegacia de polícia para o depoimento especial e  
59 haverá uma reunião com órgãos de proteção e a rede de serviços para estabelecer  
60 os fluxos. O Município de Gramado referiu que está capacitando a rede de serviços  
61 para realizar a escuta. Os municípios da região da AMAJA referem preocupação, a  
62 grande maioria é de pequeno porte e não há rede de serviços para atender essas  
63 demandas, sugere que seja efetivado os atos normativos para qualificar a rede  
64 com uma orientação única. Lia referiu preocupação sobre como está sendo  
65 organizada a rede de serviços nos municípios, sendo necessário um espaço de  
66 diálogo e organização e fazer alinhamento com as comarcas. O município de  
67 Santiago referiu que tem reunião com a rede de serviços e promotoria onde  
68 discutem os casos e encaminhamentos de forma conjunta considerando o  
69 território. Essa reunião aproximou os serviços da rede e profissionais e facilitou a  
70 resolução dos problemas. Ficou de encaminhar ao COEGEMAS/RS a organização  
71 do fluxo. O município de São Lourenço do Sul relatou que já realizou uma reunião  
72 com todos os serviços da rede da secretaria de saúde e assistência social e  
73 conselho tutelar, para organizar o fluxo de atendimento das situações de violência.  
74 Lia informou que encaminhou aos municípios (prefeitos(as) e Secretário(as) as  
75 orientações referentes à escuta protegida, elaboradas pelo MP/RS, que foram  
76 entregues pela promotora do CAO Infância, na reunião. **3- Relato da 167ª reunião**  
77 **da CIT:** Fernando Couto destacou que a CIT também está dialogando sobre Lei nº  
78 13.431/17 e está elaborando material orientador, através de grupo de trabalho.  
79 Falou sobre um recurso extra de R\$ 800 milhões para o Programa de Aquisição de  
80 Alimentos - PAA que deverá ser repassado até final do ano aos municípios que  
81 possuem cadastro no SISAN. Já em relação à recomposição do orçamento federal  
82 para a assistência social (despesas discricionais), é necessário aproximadamente  
83 R\$ 3 bilhões para manutenção do SUAS. Muitos gestores estarão participando dos  
84 atos de mobilização em Brasília para recompor o orçamento necessário à política  
85 de assistência social. O CONGEMAS encaminhou ofício de mobilização aos  
86 municípios. O prazo para votar o orçamento é 07 de novembro e há uma comissão  
87 mista estudando o orçamento e apresentando propostas. Ficou decidido pelo  
88 colegiado a elaboração de um ofício de apoio a recomposição do orçamento, que

89 será enviado pela FAMURS e COEGEMAS/RS à Comissão de Orçamento,  
90 Ministérios do Planejamento e MDS, Presidente da Câmara dos Deputados e  
91 Deputados Federais da Bancada Gaúcha. Informou também que há recursos para  
92 emendas parlamentares para construção de CRAS e CREAS e o Ministério garante  
93 a liberação do recurso de forma imediata. Com relação ao prazo de inclusão dos  
94 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, idosos e pessoas com  
95 deficiência, que se encerra em 31 de dezembro de 2018, a princípio não haverá  
96 prorrogação e solicita-se busca ativa para atingir o público alvo. **4- Pauta da**  
97 **CIB/RS: Orçamento FEAS 2019 e rubrica dos Benefícios Eventuais:** Está previsto o  
98 pagamento do FEAS até final de dezembro de 2018. O orçamento do FEAS 2019 é  
99 de R\$ 6 milhões (R\$ 5 milhões para os serviços e R\$ 1 milhão para os Benefícios  
100 Eventuais) e na plenária do CEAS foi deliberado a criação de critérios de partilha  
101 para cofinanciamento dos benefícios eventuais. Foi considerado que há  
102 dificuldades no Fundo Estadual de operacionalização do sistema e de pessoal. Foi  
103 sugerido pelo colegiado retirar da pauta da reunião da CIB as questões referentes  
104 à assessoria regional porque não conseguimos avançar na solução quanto a  
105 ausência de assessoria em algumas regiões, sendo que em outras regionais está  
106 indo muito bem. Destacou-se que podem estar havendo algumas questões mais  
107 pontuais com algumas assessoras e essas situações serão repassadas pela  
108 Presidente Lenara para a Diretora do DAS, na busca de resolução dessas  
109 dificuldades. **5- Recomposição da Diretoria do COEGEMAS/RS:** devido as  
110 ausências da representante de Lajeado/AMVAT, a Sra. Céci Gerlach, assumiu  
111 automaticamente o cargo de 1ª Secretária, a Sra. Karina Weis, de Fagundes  
112 Varela/AMESNE. Os demais cargos vacantes foram preenchidos através de eleição  
113 ficando assim: 2ª Secretária, Sra. Andréia Machado, de Floriano Peixoto/AMAU, 1ª  
114 Tesoureira, Sra. Denise F. Cardoso, Santiago/AMCENTRO, e 2ª tesoureira, a Sra.  
115 Marlete Marques Barbosa, de Lavras do Sul/ASSUDOESTE. **6- Assuntos Gerais:**  
116 **Relato do Seminário Seguridade Social, do dia 18/10, e Proposta da última**  
117 **reunião do COEGEMAS/RS, em 2018, ocorrer em 29/11.** Sobre o seminário, foi  
118 relatado problemas em relação ao acesso dos usuários para agendar perícias ou  
119 outros atendimentos, devido a implantação do INSS digital. Muitos usuários têm  
120 recorrido aos CRAS e secretarias para realizar o agendamento, sobrecarregando os  
121 profissionais do SUAS com essa função. Há usuários também recebendo  
122 convocação para esclarecer as divergências entre os dados do cadastro e as  
123 declarações das entrevistas com técnicos do INSS ou cruzamento com outras  
124 fontes de informação. Também há muitas divergências com relação as situações  
125 das famílias e a declaração com relação a renda. O fato de o Cadunico ser auto  
126 declaratório apresenta divergências com a realidade, exigindo muitas vezes um  
127 posicionamento do técnico através de parecer social. O colegiado propôs que cada  
128 município faça um levantamento das situações envolvendo o CADUNICO, CRAS e  
129 INSS para ser discutido na próxima reunião e elaborar um documento com  
130 posicionamento formal do COEGEMAS/RS. Foi definido que a última reunião do  
131 COEGEMAS/RS, em 2018, ocorrerá no dia 29 de novembro. Após a reunião, será  
132 feita uma confraternização e amigo secreto entre os representantes sendo a  
133 sugestão de presente um artesanato confeccionado nos grupos dos CRAS. Nada  
134 mais havendo a tratar, encerro a presente Ata, que após lida e aprovada, será por  
135 mim assinada, Jaqueline Bergmann, relatora substituta na ausência das secretárias  
136 do colegiado, pela Presidente e pelos representantes do COEGEMAS/RS, que  
137 queiram fazê-lo.

